ENTREVISTA

Elmer Agostinho Carlos Matos

Presidente da GAM - Associação Moçambicana dos Geógrafos

INTERLOCUTORES

Lucas Atanásio Catsossa/Moçambique

Edvaldo Cesar Moretti/Brasil

1. RELATE SUA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO EM GEOGRAFIA, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Fazer Geografia não era o meu sonho. A paixão por esta área de conhecimento inicia enquanto frequantava o curso. O primeiro ano foi preponderante para me decidir se continuaria a fazer Geografia ou se mudava para o Curso de Economia. O papel dos professores do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) foi importante, estou a falar do Prof. Manuel G. M. de Araújo, da Profª. Inês Raimundo. Esses dois professores influenciaram bastante nas escolhas que fiz durante a graduação. O Prof. Araújo ofereceu-me a oportunidade de iniciação científica no Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane, participando em vários trabalhos de pesquisa. Como também me preparou para o mundo da docência.

Ingressei no Curso de Licenciatura em Geografia no ano de 2001, na altura o ano académico iniciava em Agosto. Éramos os pioneiros daquele currículo, já que o Curso de Geografia acabava de passar por uma reforma curricular. A revisão curricular oferecia uma outra imagem ao curso, que não era "apenas ser Geógrafo", pois existia e ainda existe um preconceito em se formar em Geografia. A reforma oferecia quatro opções de término do curso, sendo que uma era em Ensino de Geografia, a segunda em População, Ambiente e Desenvolvimento; a terceira Desenvolvimento Regional; e a quarta em Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica. Ou seja, a reforma curricular havia dado uma nova roupagem ao Curso de Geografia e atraiu muitos candidatos, pois as opções iam de

encontro com o debate atual na sociedade moçambicana e no mundo. Interessante a notar é que quase nenhum estudante optou por frequentar a opção de Ensino de Geografia o que conduziu ao seu encerramento.

Optei pela opção de População, Desenvolvimento e Ambiente, pois ambicionava um trabalho em organizações não governamentais ou nas Nações Unidas. Mas penso que o destino tinha outros planos. Quando terminei o 3º ano, o Prof. Araújo abriu duas vagas para a contratação de monitores que trabalhariam com ele. No princípio não me interessei, pois não queria ser docente. No último dia de submissão das candidaturas, os meus colegas me aconselharam a submeter a candidatura porque eu era um dos poucos que reunia as condições para ser monitor nas disciplinas que ele trabalhava e poderia receber algum valor (monetário), já que não me beneficiava de uma bolsa de estudos. Submeti e fui contratado. Penso que essa foi a fase que definiu o meu caminho como docente e pesquisador.

Trabalhar com o Prof. Araújo era o mesmo que frequentar uma outra escola. Estava sempre a aprender e cada vez mais a me apaixonar pela pesquisa e docência. Trabalhei como monitor por um ano, isto é, como estudante do 4º ano. Quando terminei o curso, dentro do tempo regulamentar, já não podia ser contratado como monitor, porque já era licenciado. Então o Prof. Araújo me convidou para ingressar como Assistente Estagiário no Departamento de Geografia. Contudo, só poderia iniciar as atividades no ano seguinte, em 2006, pois o curso terminou ao meio do ano, tendo a minha defesa decorrido em agosto de 2005. Trabalhei com o Prof. Araújo como assistente dele, mas sem remuneração.

Mas isso não era importante, pois o prazer de trabalhar com ele era maior e, ele me envolvia em quase todas as pesquisas que decorriam no Centro de Estudos de População, hoje Centro de Análises de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane. O contato com o Prof. Araújo permitiu crescer profissionalmente e trabalhar na área da Geografia Urbana, como área de concentração. O meu mestrado só iniciou em 2009, no Brasil. Os três anos como Assistente Estagiário foram muito importantes para beber da "Escola de Araújo". A minha pós-graduação foi uma outra escola, uma virada completa daquilo que era o meu foco de pesquisa. Em 2008 o Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique e o CNPq ofereceram oportunidades de bolsas de estudos para frequentar o

mestrado e doutoramento no Brasil. Para concorrer os candidatos deveriam ter uma carta de aceitação da universidade onde frequentaria o curso.

Na altura submeti quatro cartas (e os respectivos projetos de pesquisa), duas na área de Geografia do Turismo e duas na área de Geografia Urbano, em quatro universidades. Tive aceite em todas as quatro universidades. O primeiro desafio foi escolher a área de formação. A decisão foi optar por uma área que não tinha docentes no Departamento, que era a área de turismo. Não optei por continuar a trabalhar com a Geografia Urbana porque éramos dois assistentes Estagiários do Prof. Araújo e a minha colega já tinha iniciado o mestrado nessa área na França. Então, optei por trabalhar com a Geografia do Turismo. Depois tive que optar entre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que aceitaram o meu projeto na área de Geografia do Turismo. A opção foi pela UFRGS, pois era considerada uma das melhores universidades brasileiras. Penso que a abertura que tive ao nível do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS foi o principal motivo por ter ido parar lá. Gostaria de destacar o apoio incondicional que tive da Zélia e da Profª Rosa Medeiros.

Considero que este segundo momento passou a ser uma segunda escola. O meu primeiro contato com a Profª Rosa foi excelente e ela trabalhava com a Geografia Rural. Então iniciei os estudos em Geografia Rural, sob sua orientação. Passei a participar em todos os eventos de Geografia Agrária e foi apenas uma questão de associar o turismo aos espaços rurais. A forma de orientação da Profª Rosa permitiu que eu trabalhasse com os autores que eu achava serem os ideais para compreender as transformações do espaço rural. Ela observava as minhas inclinações de leitura e de reflexões e propunha algumas leituras e sugeria disciplinas a frequentar. Penso que ela sabia que a mudança deveria ser gradual e, para que isso pudesse ser realizada com sucesso, era preciso ir sugerindo algumas leituras e algumas disciplinas a frequentar, deixando que a apropriação fosse gradual e assim ingressasse na sua forma de ver e ler as dinâmicas no espaço rural.

A nossa primeira experiência no mestrado foi trabalhar as implicações da transformação de territórios comunitários em território de conservação. No doutoramento, que iniciei meses depois do término do mestrado, decidimos dar continuidade às reflexões que vínhamos fazendo no mestrado, mas desta vez olhando para as implicações da exploração mineira nos territórios das comunidades locais. Penso que a Profª Rosa já sabia

onde eu queria chegar e, foi precisamente por isso que ela me pressionou a continuar os estudos ao nível do doutoramento. Diria que esses dois pesquisadores marcaram a minha carreira profundamente. Tudo o que tenho escrito nas minhas reflexões estão carregadas da escola que eles me ofereceram ao longo desses anos. E não foi só como pesquisador e docente, mas também como ser um profissional mais humano. Neste momento estou com dois projetos de pesquisa em andamento, que no fundo são uma forma de homenagear esses dois grandes pesquisadores que marcaram a minha vida.

2. COMO FOI SUA FORMAÇÃO BÁSICA ESCOLAR, SERÁ QUE FOI ESSA FORMAÇÃO QUE DIRECIONOU SUA ESCOLHA PELO ESTUDO DA GEOGRAFIA?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Não tive a oportunidade de estudar numa escola da capital provincial, que geralmente se apresenta melhor, quer em termos de profissionais com qualidade e quantidade, como também pelas condições necessárias para ter uma formação de qualidade. Os meus pais sempre apostaram na educação dos seus filhos como o pilar para um futuro melhor. A minha mãe era professora primária e sempre fez questão de ser a professora dos seus filhos no primeiro ano de ingresso e no último do nível primário, para garantir que os seus filhos tivessem as competências necessárias. O meu pai era enfermeiro e sabia que era preciso apostar forte na educação. Sempre esteve presente, ao longo do meu percurso, incentivando e oferecendo as condições necessárias para dar continuidade aos estudos. Nunca se contentou com a formação do nível de graduação. Sempre pensou mais do que esse nível. Creio que as circunstâncias que determinaram a escolha do local a frequentar o nível pré-universitário, que é a 11ª e 12ª classe, tiveram um papel decisivo na escolha do curso a frequentar na graduação.

Sempre tive boas notas em todas as disciplinas, o que me permitia optar por qualquer variante no nível pré-universitário. Mas, como na altura apenas existia uma única escola do nível pré-universitário, localizada na cidade capital da província da Zambézia (cidade de Quelimane), para atender a todos os alunos provenientes dos 17 distritos, isso limitava a possibilidade de frequentar a orientação pretendida. Quando me desloco à cidade de Quelimane, a ideia era frequentar a Variante C, que permitia concorrer aos cursos de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura, etc. Mas, a minha inscrição foi efetivada no

grupo A, onde poderia concorrer aos cursos de Economia, Direito, Sociologia, Geografia, etc. No mesmo ano em que iniciaria a frequentar a Variante A em Quelimane, a Direção Provincial de Educação decidiu abrir a mesma variante na cidade de Mocuba, onde eu havia frequentado todos os níveis. Para evitar custos com o alojamento e outros relacionados às despesas de educação, os meus pais decidiram que como a minha matrícula em Quelimane havia sido concretizada na variante A, então o melhor seria continuar em Mocuba.

Foi um grande desafio frequentar o nível Pré-universitário na cidade de Mocuba. Éramos os pioneiros e as condições ainda não estavam criadas. Não tínhamos docentes qualificados, um mesmo docente lecionava duas disciplinas e a biblioteca era de baixa qualidade. Mas, tínhamos docentes motivados e com vontade de fazer a diferença. E fizeram. Lutaram para ultrapassar as barreiras e ofereceram tudo o que podiam. E por que Geografia e não Economia, Direito ou Sociologia que eram cursos mais conhecidos e muito procurados por estudantes da Variante A? Na verdade, a Geografia foi secundária. O curso escolhido foi Economia. No ano em que realizei os exames de admissão à Universidade Eduardo Mondlane a instituição acabava de incluir a possibilidade dos candidatos optarem por uma segunda opção. Chegado ao lugar de realização da inscrição, solicitei a inscrição no curso de Economia e depois o funcionário me disse que tinha de indicar uma segunda opção. Simplesmente perguntei qual outro curso incluía a realização do exame de matemática.

O funcionário me disse Geografia. Para concorrer ao curso de Geografia poderia fazê-lo a partir das disciplinas de Geografia e História ou Geografia e Matemática. Então decide Geografia e Matemática. Quando os resultados de apuramento foram publicados, o meu nome aparecia na lista dos admitidos ao Curso de Geografia. Era o único estudante admitido que tinha tido a formação de nível pré-universitário fora da escola da capital provincial. Lembro-me que quando o meu colega me informou que havia admitido ao Curso de Geografia e contei ao meu pai ele me disse:

> “queres mesmo fazer esse curso? Eu não tenho dinheiro para pagar o curso de Economia numa universidade privada neste ano, mas posso fazer os esforços para pagar no próximo ano e, neste ano fazes alguns cursinhos”.

Eu respondi ao meu pai: “Vou para a Universidade Eduardo Mondlane, não me importa o curso”. Estar na UEM era top e ser o primeiro da escola da minha cidade era algo

motivante e que poderia ser um exemplo para os outros. Sabia que estando lá poderia ter a possibilidade de troca de cursos. Mas não aconteceu, porque eu não escolhi a Geografia, mas a Geografia me escolheu e me mostrou que era a melhor opção a seguir.

3. EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELATE SUA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE GEOGRAFIA.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Bom, começo como Assistente Estagiário em 2006, ainda muito jovem. Assistente Estagiário é a primeira categoria quando se ingressa como docente na UEM. Era um desafio enorme, pois iria estar à frente dos estudantes, alguns deles com idades superiores à minha. Penso que a experiência como monitor ajudou muito, mesmo sabendo que o papel de monitor era muito mais simples, nada comparado à de um docente. Também era um desafio porque seria colega de todos aqueles profissionais que haviam sido meus docentes durante a minha formação. Como encará-los? O Prof. Araújo foi um verdadeiro mestre. Lembro que não me deixava desamparado. Tínhamos reuniões frequentes de preparação de aulas, discussão dos assuntos a serem tratados nas aulas e nos trabalhos práticos. As aulas teóricas eram da responsabilidade do Prof. Araújo.

Aos Assistentes Estagiários (éramos dois assistentes), apenas as aulas práticas que, antes de serem lecionadas eram muito bem coordenadas pelo regente da disciplina. Durante a elaboração dos Planos Analíticos, o Prof. Araújo nos oferecia a possibilidade de escolher um tema para lecionar. Então nós tínhamos tempo suficiente para preparar a aula. Dias antes da aula ele marcava uma reunião para avaliar o nível de preparação e perguntava-nos se sentiríamos confortáveis com a sua presença na sala de aulas. Sempre optei por ter a presença dele, mesmo sabendo que era um desafio pois estava a ser avaliado.

Mas era importante para mim, porque no final tinha a possibilidade de receber dicas de melhoria. Penso que essa estratégia evitava me colocar, sem preparação, à exposição aos alunos. Ele precisava de ter a certeza que eu estava preparado para enfrentar os "leões", como ele dizia. A forma de organização da disciplina e das aulas, a necessidade de sempre ir atualizando as aulas são ensinamentos que levo comigo e venho executando. Posso dizer que tive o melhor mestre para aprender a ser docente.

Como também a saber compreender os estudantes e a ser exigente quando se deve ser. Me lembro dos momentos em que tínhamos de calcular as médias dos alunos. E, quando nos reuníamos o Prof. Araújo nos disponibilizava duas máquinas de calcular (para nós os assistentes). Algo que o Excel poderia fazer. Mas ele precisava que todos fizéssemos as contas individuais e apresentássemos os resultados. Se os resultados não fossem idênticos, tínhamos que repetir a operação. Esse exercício permitia que nós conhecêssemos mais os alunos, pois para cada estudante ele nos perguntava se conhecíamos o desempenho do aluno na sala de aulas. Ou seja, era um trabalho cansativo, mas mais humano do que pensar que os estudantes são apenas números que a folha de cálculo do Excel informa quem passa e quem reprova. Penso que ele queria nos transmitir a dimensão humana desse processo.

Como pesquisador a minha experiência começa muito antes de ser Assistente Estagiário. Aqui o papel da Profª Inês foi importante. Quando estudantes, a Profª Inês apadrinhou o nosso projeto de pesquisa (éramos 8 estudantes) que foi aprovado, num concurso nacional, pela UICN. Fizemos um trabalho de campo em toda a província de Manica, sob orientação da Profª. Inês. Depois tive menos contato com ela porque se afastou do Departamento para concluir a sua formação e, nesse espaço de tempo, passei a trabalhar com o Prof. Araújo. Com Araújo mergulho em pesquisas, sempre orientadas pela sua sábia forma de compreender os fenômenos no espaço.

O meu relacionamento com ele permitiu-me fazer parte do grupo de pesquisadores que se encontravam a trabalhar no Centro de Estudos de População. É com ele que continuo a aprender a fazer pesquisa e começo a me especializar mais na área de pesquisa quantitativa. A forma inteligente de ler e de identificar aspectos importantes dos dados quantitativos é uma herança dos seus ensinamentos. Sempre fui um questionador dos processos e da situação, principalmente quando envolvia questões ligadas às comunidades.

Me lembro que quando estávamos a fazer o trabalho de campo para o projeto financiado pela UICN, ficamos hospedados na Coutada 9, explorada por um privado e que tentava nos mostrar que estava a fazer tudo para ajudar as comunidades locais a melhorarem as suas condições de vida. Quando lhe perguntava sobre aspectos ligados às culturas e hábitos das comunidades, o gestor da Coutada ficava furioso e os meus colegas me pediam para parar de questionar, pois estávamos naquele espaço de favor.

O espírito crítico aos processos já caminhava comigo desde a graduação e se intensifica com a pós-graduação. Na pós-graduação tive contato com bibliografia mais específica, principalmente a recomendada pela Profª Rosa, que penso que ela se apercebeu dessa tendência a partir do meu primeiro projeto de pesquisa de mestrado. Acho que é na pós-graduação que se dá uma grande revolução na forma de abordar os estudos geográficos. Eu vinha duma escola fortemente influenciada pela forma de fazer Geografia do Araújo, que trabalhava muito com os números, uma geografia mais quantitativa e dos modelos.

Lembro que precisava de fazer inquéritos, analisá-los e ver como se enquadravam nos modelos já existentes ou como se ajustavam ou fugiam ao modelo. Penso que as minhas primeiras pesquisas são reflexo dessa forma de fazer Geografia, como também ela aparece nas propostas de projetos submetidos para iniciar os estudos de mestrado. Na pós-graduação, o cenário toma outro caminho, claro influenciado pela Profª Rosa, passo a trabalhar sob o viés de uma abordagem qualitativas. Penso que as produções seguintes também são reflexos dessa mudança, que foi significativa.

Abandonei os questionários e optei por outras formas de fazer pesquisa. Os trabalhos de campo em que participei com a Profª Rosa, as nossas sessões de diálogos em volta do meu projeto, tanto de mestrado assim como de doutoramento, permitiram fazer essa transição, sem ser muito violenta. É importante referir que essa veia do uso dos questionários como o instrumento central para as pesquisas está relacionada com os tipos de projetos que eram desenvolvidos no Centro de Estudos de População (CEP). Essa experiência permitiu-me especializar em desenho de amostras e tratamento de dados quantitativos, chegando a ser responsável desta componente em vários estudos realizados pelo CEP.

4. POR FAVOR, DETALHE UM POUCO DE SUA ATUAÇÃO COMO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DOS GEÓGRAFOS (GAM).

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Como presidente tenho a minha atuação limitada aos dois anos que o nosso estatuto impõe. Quando assumi a responsabilidade de ser o presidente desta agremiação, estive, sempre, amparado dos outros colegas que compõem a Direção e em conjunto decidimos traçar dois principais objetivos, nomeadamente: arrumar a casa e empreender

ações de divulgação e exposição das atividades da Associação. Quanto ao primeiro objetivo, arrumar a casa significava que precisávamos de nos organizar como Associação, sabermos quem faz parte desta associação, quais as suas áreas de interesse, ou seja, precisávamos de criar um cadastro atualizado de todos os membros, assim como convidar novos.

Essa ação foi acompanhada de uma revisão da Ficha de Inscrição, enquanto solicitávamos os nossos colegas para prepararem a base de dados, que fosse funcional e capaz de atender ao que pretendíamos. Instamos a todos os membros para preencherem as novas fichas de inscrição. Tivemos uma aderência significativa, juntando-se aos novos inscritos, o que nos permitiu ter essa informação digitalizada. Temos esse registo ainda não organizado, o que significa que precisamos de ter uma base de dados funcional que satisfaça os nossos interesses. Para o segundo objetivo foram desenhadas as seguintes ações: (i) reativar da 6aGEO; (ii) incluir, em todas as nossas atividades, geógrafos de outras instituições e localizados fora da cidade de Maputo; e (iii) Realizar eventos que promovessem o debate e a divulgação do papel do geógrafo.

Em relação à primeira ação, elaboramos a proposta de reativação da 6aGEO, resgatando o seu papel na união dos geógrafos e fortalecemos a promoção de inclusão de geógrafos que não estão relacionados com as instituições de ensino e pesquisa. Infelizmente ainda não realizamos os encontros (que devem ser mensais) porque entramos numa situação de pandemia. Mas o projeto já está desenhado e a sua implementação aguarda a aceitação de "uma outra normalidade".

A segunda ação foi dar a oportunidade de mais geógrafos, principalmente os de fora da cidade de Maputo e fora das instituições mais tradicionais na GAM (UEM e Universidade Pedagógica de Maputo - UPM) de participarem nas ações de divulgação do papel da Geografia na sociedade. Para materializar essa ação ficou definido que em todos os eventos iríamos convidar geógrafos ou simpatizantes da Geografia para terem um papel mais ativo nas atividades da GAM. Esta ação começou com a composição dos membros dos órgãos sociais da atual Direção e se estendeu para os eventos organizados pela GAM, que privilegiou a inclusão de geógrafos localizados fora da cidade de Maputo.

A terceira ação foi a realização de eventos de debates, com destaque para os eventos que assinalaram os 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique.

Penso que este foi um marco importante na história, ainda recente, da GAM. Contamos com a participação de geógrafos das mais diversas gerações. Os debates foram interessantes e procuravam resgatar um pouco do percurso da Geografia em Moçambique, da história de criação da Associação e dos desafios que enfrentaremos. Para além das mesas redondas, foi organizada uma exposição de produtos dos geógrafos.

Também, fruto da comemoração dos 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique, a GAM resolveu criar uma revista científica, que neste momento ainda está sendo finalizada. A conclusão dos trabalhos desta revista é muito importante para a GAM, pois é uma produção que teve início com a Profª Stela Duarte, uma das mais antigas geógrafas do país e que tanto contribuiu para o crescimento da Associação. Queremos aproveitar o lançamento dessa revista para homenageá-la. Infelizmente perdemos a Profª Stela neste ano, mas deixou-nos um legado que precisa ser seguido. Algumas das atividades agendadas para o ano de 2020 ficaram comprometidas com o avanço da Covid-19. Estavam previstas três principais atividades: (i) realização das jornadas estudantis, com o propósito de incluir os estudantes finalistas de Geografia e os recém-formados a participarem ativamente em atividades da Associação; (ii) abertura de um espaço de debate, denominado *Diálogos Geográficos*, onde se define um tema e se convida um pesquisador, com créditos firmados, para ser entrevistado sobre o assunto.

Este evento decorreu, pois foi possível recorrer às plataformas online para a sua realização; e (iii) Definição do Dia do Geógrafo Moçambicano. Decidimos abrir um espaço para refletir qual seria a melhor data para comemorar o dia do geógrafo moçambicano, pois a data que comumente se adotou é herança da influência brasileira. Estão na mesa duas possíveis datas para serem discutidas, nomeadamente: o dia em que se realizou a primeira reunião para discutir-se a ideia de criação de uma Associação de Geógrafos de Moçambique e a data de publicação dos estatutos no Boletim da República. Infelizmente esse debate ainda não aconteceu, porque o momento foi substituído por um debate para analisar-se o estágio de envolvimento e comprometimento dos membros na Associação. Creio que importa referir que ainda não foi alcançado o primeiro objetivo da nossa Direção, que era a organização da casa.

Mas penso que os primeiros passos foram dados e agora é dar continuidade. Em relação ao segundo objetivo acho que foi alcançado. Penso que na história da GAM é

a primeira vez que num mandato se realizam muitos e diversos eventos, inclusivos e com uma participação significativa e ativa dos seus membros. Abrimos as portas ao diálogo, às iniciativas dos membros e mostramos que é possível fazer muito mais. Esta Direção continuará a pensar que a organização interna, assim como o seu fortalecimento é fundamental para que a nossa exposição, na sociedade, seja mais robusta e consistente.

5. CONTE-NOS UM POUCO SOBRE A CRIAÇÃO DA GAM E O SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Penso que a GAM é fruto de um movimento ativo de estudantes de Geografia do início do milénio. É claro que vou me centrar no percurso histórico do movimento dos recém-formados em Geografia que trabalharam, afincadamente, para a criação da Associação de Geógrafos de Moçambique. O início desse movimento parece estar associado às dinâmicas que iam acontecendo nos estudantes da época 2001/02 do curso de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane. Em inícios de 2004 surgem dois grandes movimentos na Geografia da UEM. Um que elaborou um projeto de pesquisa financiado pela UICN e outro que fundou uma organização ambientalista (Núcleo de Estudantes Pró-Ambiente - NEPA).

Alguns desses estudantes resolveram se juntar para refletir um pouco sobre o papel da Geografia e do Geógrafo em Moçambique. A criação da GAM está estritamente relacionada aos encontros de socialização denominados de 6aGEO, que era um evento realizado nas últimas sexta-feira de todos os meses. Nesse evento os geógrafos se reuniam para partilharem as suas experiências pós-formação, apresentar possíveis oportunidades de trabalho e manter os vínculos de amizades construídos ao longo da formação. No encontro do mês de Agosto de 2006 surgiu a ideia de criação de uma associação que pudesse valorizar o papel do Geógrafo e da Geografia. Desse encontro ficou definido que no sábado seguinte o grupo iria se reunir para dar início ao projeto GAM.

E para que a GAM refletisse os interesses e anseios de todos os geógrafos, era preciso chamar mais geógrafos, de outras instituições e de outros anos de ingresso nas tradicionais universidades (UEM e UPM). Acreditávamos que só assim a GAM seria una, forte e de todos. O primeiro encontro decorreu no Campus Principal da UEM, no dia 2 de

Setembro. Estavam presentes sete geógrafos (Amida Mussa, Carmen Paula, Manuel Tangune, Mussagy Mahomed, Ronaldo Inguane, Stélio Araújo e eu). No encontro foram acordados os seguintes objetivos: (i) definir os objetivos da Associação; (ii) definir a estrutura administrativa; (iii) definir a periodicidade das reuniões; e (iv) definir a agenda de trabalho para o mês.

Do encontro ficou deliberado que Mussagy e eu faríamos parte do secretariado. Ronaldo Inguane desempenharia a função de moderador dos encontros e Stélio Araújo seria o redator. Esta foi a primeira estrutura organizativa da Associação. A designação de GAM veio muito mais tarde. Na altura chamava-se AGEMO (Associação de Geógrafos de Moçambique). Com o andar dos debates e, quando já nos preparávamos para iniciar o processo de oficialização percebemos que já existia uma organização com essa sigla. Então desencadeou-se um movimento forte de debate da sigla a ser adotada e, finalmente a sigla GAM venceu dentre muitas que haviam sido elencadas. Geralmente os nossos encontros aconteciam em todos os sábados e eram encontros de debates muito intenso e quase que ocupavam o dia todo.

Uma das nossas grandes preocupações era encontrar um espaço físico, já que o jardim do Campus da UEM não era o espaço adequado. O apoio de Emílio Almoço foi substancial, conseguindo um espaço físico, em que decorriam aulas de alguns cursinhos e ele conseguiu garantir uma sala. O problema era o tempo limitado, já que os nossos debates pareciam não ter fim. Foram muitos encontros, muitos debates e todos cientes que a finalidade era criar uma Associação, principalmente democrática. E conseguimos. É claro que durante esse período muitos dos nossos colegas se distanciaram do projeto, principalmente porque passaram a ter outras ocupações, o que tornava difícil a sua presença nos encontros e consequentemente o seu contributo direto.

Lembro que procuramos compreender um pouco do histórico das tentativas de criação de uma associação de geógrafos. Tínhamos consciência que essa informação seria importante para evitarmos os erros cometidos no passado. À propósito dessas consultas que fomos fazendo, não só para colher informações das tentativas passadas, mas também para mostrarmos aos geógrafos mais experientes que estávamos engajados nessa empreitada e que queríamos o apoio deles. Houve vozes que defendiam a criação de uma Ordem e não de uma associação, dadas as limitações que uma associação apresenta. Profa

Ximena Andrade era defensora da criação de uma Ordem, provavelmente por não termos seguido esse caminho ela se distanciou do nosso percurso.

O diálogo que tivemos com os geógrafos mais experientes permitiu-nos identificar os principais motivos que terão influenciado no fracasso das várias tentativas. Conseguimos identificar: (i) a continuação dos estudos; (ii) início do primeiro emprego; e (iii) construção de famílias. Então decidimos que era preciso incluirmos cada vez mais jovens recém-formados, desde que mostrassem comprometimento e vontade de continuar com a causa. Assim evitaríamos que esta tentativa fracassasse. Resolvemos aproveitar aquele momento em que ainda tínhamos alguns membros ativos para discutir e aprovar os estatutos.

Em 2009 viajo ao Brasil para fazer o mestrado e deixo de me envolver ativamente. Mas isso não impediu que os trabalhos internos continuassem a ser desenvolvidos pelos colegas e conseguiu-se formalizar a Associação, com a publicação dos estatutos no Boletim da República em 2010. Foram realizadas as primeiras eleições e indicados os primeiros órgãos sociais. A GAM foi crescendo, realizando algumas atividades importantes, como a 1ª Conferência realizada em 2011, que resultou num livro organizado pelas professoras Stela Duarte e Inês Raimundo.

Importa realçar que mesmo antes de ser formalizada, a GAM já vinha realizando trabalhos de divulgação do papel da Geografia. O primeiro evento foi realizado em 2007 para a comemoração do dia do geógrafo que se assinala no dia 29 de Maio. O evento contou com a participação de dois grandes geógrafos, nomeadamente o Professor Manuel G. M. de Araújo e a Professora Raquel Thompson. Em Setembro do mesmo ano realizou-se mais um evento de divulgação, com impacto significativo, que foi a palestra ministrada por Xavier Chavana, na Escola Secundária Francisco Manyanga e contou com a presença de cerca de 100 alunos da 11ª e 12ª classe.

Foi uma tentativa de divulgar as vantagens de se fazer um curso de Geografia. Muitos outros eventos foram realizados nos anos seguintes, como palestras de comemoração do dia do geógrafo, acompanhados por excursões e de ações de divulgação em escolas do nível pré-universitário. O percurso da GAM foi sempre difícil, desde os primeiros encontros. Sempre passou por grandes dificuldades, mas sempre contou com o suporte daquilo que eu chamo de núcleo duro. Me lembro que em 2007 quando

completamos um ano de existência escrevi um texto em que mostrava o carácter resiliente da Associação, pois as dificuldades eram enormes, mas havíamos conseguido passar a barreira do primeiro ano, o que significava que podíamos conseguir continuar a lutar na materialização do nosso sonho.

Os anos seguintes até a sua oficialização foram ainda mais difíceis, mas o núcleo duro conseguiu encontrar formas de ir mobilizando os outros membros a se engajarem na causa. Considero ser importante destacar que esse núcleo nunca chegou a abandonar por completo. Poderia acontecer de alguns membros se distanciarem, por qualquer motivo, mas sempre deram a sua contribuição, mesmo distante. Penso que esse foi um grande suporte, o apoio recebido por esse núcleo e, claro dos membros que se mostravam disponíveis para conduzir o barco. Creio que o convite que recebi no ano de 2018, dois anos depois do meu regresso definitivo à Moçambique, está relacionado ao facto do núcleo ter achado que chegou a hora de um dos seus membros assumir a direção.

Quando desenhamos os estatutos sempre primamos pela qualidade, por isso a nossa preferência foi sempre a GAM ser presidida por um Doutor. É claro que o núcleo não tinha esse nível e não ambicionava em ser presidente, mas em ver a GAM crescer. Se for a analisar todas as Direções que passaram pela GAM irá perceber que houve sempre um equilíbrio entre colocar como "rosto" da Associação um/a geógrafo/a, com prestígio reconhecido no país, mas sempre acompanhado de um geógrafo ainda jovem e muitas vezes membro do chamado núcleo duro. Por que essa estratégia? Porque era preciso ter "operários" disponíveis para sacrificar tempo para as atividades da Associação, ao mesmo tempo que se precisava de ter um "rosto" que oferecesse experiência, prestígio e sabedoria para colocar a GAM no caminho certo.

Acho que essa estratégia permitiu manter a GAM viva. A quebra desta tradição vem com a minha eleição, pois não tinha experiência e nem prestígio que os meus antecessores ofereceram à GAM. Mas penso que tinha o título requerido e ainda podia desempenhar o papel de "operário". Então a minha eleição abre uma nova fase na história da GAM. E a minha gestão teve em conta essa abertura, tentando mostrar que há geógrafos jovens que podem ser o "rosto" da Associação. Se analisar os eventos que esta Direção desenvolveu vai perceber um início de transição, ou seja, a responsabilização dos jovens geógrafos a debater os mais diversos assuntos importantes da sociedade e, claro sempre

com o apoio dos geógrafos mais experientes que penso que estão a acompanhar essa transição com expectativas, pois têm participado nos eventos e entabulando debates muito interessantes. Claro que tenho consciência que ainda estamos a aprender e ainda precisamos do apoio dos mais experientes.

6. A GEOGRAFIA MOÇAMBICANA TEM SIDO CRITICADA POR ESTUDIOSOS DE OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO POR CAUSA DO SEU SUPOSTO SILÊNCIO NO DEBATE NACIONAL. QUAL SEU OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS/AS GEÓGRAFOS/AS EM MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Creio que a crítica que é feita à participação dos geógrafos no processo de superação dos problemas sociais e ambientais provém de dentro da GAM e não de fora. Porque penso que temos muitos geógrafos a participarem, ativamente, em vários debates e assuntos de importância nacional. O principal problema é como esses geógrafos se identificam fora. Penso que aí está o grande ponto de reflexão e o principal desafio da Associação. E, é justamente por esse motivo que surge a GAM para resgatar esse grupo de geógrafos para que se unam e fortaleçam a Associação e assim a GAM passará a ter uma voz mais interventiva e mais viva.

Muitos geógrafos se identificam como ambientalistas, especialistas em estudos populacionais, especialistas em GIS ou Teledetenção, em Desenvolvimento Rural ou Comunitário, Desenvolvimento Urbano, etc. Ou seja, nunca se identificam como geógrafos, mas sim com as especialidades adquiridas e com as especialidades que o mercado está à procura. É preciso que esses geógrafos passem a mostrar que são geógrafos com os mais diversos níveis de especialidades, mas claro com a veia da Geografia. É preciso que esses geógrafos se juntem à Associação e, numa única voz, decidamos mostrar a sociedade que sim, a Geografia tem voz e sempre esteve envolvido nos debates e assuntos de importância nacional.

Veja esse exemplo, este ano uma instituição pública, com geógrafos a trabalhar na área de GIS, resolveu organizar as comemorações do Dia do GIS. Mas, a organização do evento foi entregue a uma empresa e a gestão do evento à uma área de formação diferente de Geografia, mas que recorre ao GIS. No meio da organização do evento, um

dos membros da GAM teve a oportunidade de conversar com o organizador e questionou por que a GAM não havia sido incluída no evento? E por que os Departamentos de Geografia também não estavam envolvidos? Foi quando a organização apercebeu-se que existia uma associação de Geógrafos e que era preciso dar um papel mais ativo.

Mas, se for verificar atentamente, o setor que financiou o evento é constituído por um número significativo de geógrafos e alguns deles fazem parte da Associação e ocupam posições importantes nos órgãos sociais da GAM. O que quero mostrar é que ninguém fará por nós, se não nós mesmos. É preciso trazer esses profissionais competentes para GAM, como também é preciso que esses profissionais se identifiquem com a causa da GAM. Ou seja, é preciso que todos os geógrafos que ainda pensam que a Geografia é uma ciência secundária, se consciencializem como aquele grupo dos recém-formados em Geografia que decidiu lutar pela valorização da Geografia, culminando com a criação da GAM.

7. QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA GEOGRAFIA MOÇAMBICANA NA ATUALIDADE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Numa das mesas redondas organizadas pela GAM para assinalar os 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique tinha como tema "Para onde vai a Geografia Moçambicana". A mesa também discutiu os desafios da Geografia em Moçambique. É uma pergunta pertinente porque nos leva a refletir um pouco sobre o que queremos, como Associação, para o futuro desta ciência. Eu vejo o caminhar da Geografia de uma forma promissora. E, temos um legado deixado pelos grandes geógrafos, como o Professor Araújo que se notabilizou em estudos da Geografia Humana, os professores Aniceto do Muchangos e Zacarias Ombe com trabalhos no campo da Geografia Física e Ambiental e as contribuições das professoras Raquel Thompson e Stela Duarte no campo do Ensino da Geografia. Esses geógrafos e, claro os seus discípulos diretos, permitiram dar continuidade a sobrevivência desta área de conhecimento no país.

Nos últimos anos temos tido um número bastante significativo de recém-doutores com vontade de dar o seu contributo na Geografia e sem embaraço de se identificarem como geógrafos. Penso que esse é o caminho que temos de seguir. A

produção de conhecimentos no campo da Geografia cresceu significativamente nos últimos anos e, isso tem sido um dos pilares para o fortalecimento da Associação, principalmente com a organização de debates bastante interessantes. Para mim o principal desafio para a Geografia moçambicana é trazer esse conhecimento para as aulas. Já existem trabalhos com muita qualidade e em quantidade.

O que falta é trazer esses trabalhos para o conhecimento dos nossos estudantes. É discutir essa produção nas nossas aulas e não ficarmos presos à produção brasileira, portuguesa ou francesa. É preciso incluir as novas reflexões moçambicanas na academia nacional e resgatar as reflexões passadas que parecem andar esquecidas. Esta Direção da GAM percebeu esse grande salto, em termos de produção académica, por isso desenhou o projeto *Diálogos Geográficos*. Na essência, esse projeto pretende mostrar que existem, em Moçambique, geógrafos que discutem assuntos importantes para a sociedade e para a academia e que é preciso mostrar quem são eles, o que têm produzido e como pode ser aproveitado para ser discutido em salas de aulas.

Também acho que o futuro da Geografia em Moçambique passa pelo papel mais interventivo da GAM. A Associação precisa ser mais interventiva na academia. A ligação entre a GAM e a academia deve ser fortalecida, mais presente e com a capacidade de se posicionar com mais vigor. Creio que uma aliança entre a GAM e todos os Departamentos que oferecem os Cursos de Geografia ou ligados ao conhecimento da Geografia precisa ser materializada, onde a GAM pode impor alguns condicionalismos nos cursos, como a participação mais frequentes dos docentes e alunos em eventos científicos organizados por esta, ou mesmo, incluir nas fichas de avaliação de desempenho dos docentes a sua participação em eventos.

Penso que há uma janela para que isso aconteça que é o Conselho Nacional Avaliação da Qualidade de Ensino (CNAQ), que solicita um parecer da GAM sobre os cursos de Geografia ministrados no país. Penso que é uma oportunidade a ser explorada. Acrescenta-se a ótima relação que a GAM tem com todos os Departamentos de Geografia das diferentes Universidades do país. Muitos dos que estão a ocupar a chefia dos Departamentos são jovens e com vontade de ver crescer a Associação, por isso que penso que esse é o caminho a ser seguido. Quero deixar claro que não estou a defender que a GAM precisa apenas estar mais próxima da academia. Não é isso, mas penso que o debate

provém da academia, é a academia que alimenta os outros setores com profissionais; é a academia que geralmente tem estado a produzir publicações.

Por isso acho que é preciso que exista uma relação mais próxima com a academia. Mas, claro, sem deixar de contar com a contribuição de outros setores. Aliás, em vários dos eventos organizados por esta Direção, sempre estiveram presentes geógrafos de fora da academia. A ideia da reestruturação do projeto 6aGEO é precisamente ser um espaço que inclua a apresentação de trabalhos realizados por colegas que não estão na academia. Ou seja, para além de ser um espaço de convívio descontraído, o mesmo pretende trazer para o debate as reflexões que estão a ser desenvolvidas fora da academia.

8. COMO AVALIA A SUA RELAÇÃO COM OS/AS GEÓGRAFOS/AS BRASILEIROS/AS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

A relação entre a Geografia moçambicana e a brasileira é bastante antiga. Exemplos disso são as parcerias que existem, desde muito, entre os Departamentos de Geografia da UPM e UEM com as universidades brasileiras. Então é uma relação já consolidada e nos últimos tempos tem crescido muito, porque um número significativo de geógrafos tem estado a frequentar os cursos de pós-graduação em instituições brasileiras. Temos docentes brasileiros a lecionarem em Moçambique, como também docentes moçambicanos a lecionarem no Brasil. Se a pergunta for mais no âmbito pessoal, então diria que me aproximei da Geografia brasileira em 2009, quando iniciei os meus estudos de mestrado. Foi ótima a relação que mantive com os geógrafos brasileiros, o que me permitiu continuar os estudos no nível de doutoramento.

Tive apoio, não só dos docentes de Geografia da UFRGS, mas também de outras universidades, como da USP. No Brasil fui convidado a participar em vários eventos organizados por diferentes instituições de nível superior. A participação em eventos académicos, como os diversos encontros dos geógrafos agrários, permitiu estabelecer contato com grandes geógrafos brasileiros, como também tive a oportunidade de "beber da fonte" de muitos autores que cito em minhas reflexões. Eu diria que, como pesquisador mais maduro, sou fruto da escola brasileira. Aprendi muito, principalmente a fortalecer o meu lado crítico.

A minha relação com os geógrafos brasileiros é saudável e muito promissora. Ainda faço parte do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) e tenho um projeto em curso em que conto com a parceria desse núcleo, pois o trabalho que estão a fazer junto dos reassentados da reforma agrária é muito interessante e penso que pode ser uma janela de oportunidade para os processos de reassentados em curso em Moçambique. Já fui convidado para participar em bancas de qualificação no Brasil, como a publicar em livros organizados por pesquisadores brasileiros. Creio que esta relação apenas está no início e mais parcerias estão a caminho.

9. O SENHOR ATUA COMO DOCENTE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, QUAL É SUA EXPECTATIVA COM A FORMAÇÃO CIENTIFICA DE NOVOS QUADROS, ENTRE ELES GEÓGRAFOS/AS, EM MOÇAMBIQUE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

O número de instituições de ensino superior cresceu significativamente nos últimos anos. Hoje já não precisa se deslocar à Maputo para frequentar um curso de nível superior. As instituições de ensino superior estão em todas as províncias. Isso é bom, mas ao mesmo tempo coloca um desafio relacionado com a qualidade dos cursos oferecidos, principalmente em termos de recursos humanos e condições oferecidas para se garantir uma formação com a qualidade necessária. É também verdade que o número de docentes que está a formar-se com os níveis de pós-graduação está a crescer substancialmente. Penso que a cooperação com o Brasil, em parte, é responsável por esse crescimento e, claro por exportar a sua "escola" para Moçambique.

Como as instituições cresceram significativamente, penso que é por esse motivo que foi criado o Conselho Nacional para a Avaliação da Qualidade do Ensino (CNAQ) para fazer a acreditação dos cursos, tanto dos cursos já criados e em funcionamento, como dos que pretendem abrir. Acredito que essa instituição irá definir um padrão mínimo de qualidade para qualquer curso, como também disponibilizar essa informação para os candidatos tomarem a melhor decisão na escolha do curso e onde o frequentar. Na Geografia o trabalho do CNAQ já se faz sentir. Neste momento tenho informações que os cursos de Geografia da UPM e UEM já passaram por essa avaliação.

Mais instituições que oferecem esses cursos passarão por esse processo. A Geografia na UEM foi acreditado plenamente, isto é, sem nenhuma reserva, o que significa que reuniu todas as exigências necessárias para garantir a formação com a qualidade necessária. Na análise que o CNAQ faz, os indicadores como o percentual de doutores e as publicações dos docentes são importantes para que se garanta um desempenho bom na avaliação. Mas é bom salientar que esses indicadores não são suficientes, é preciso que os docentes trabalhem mais, exijam um pouco mais de si e dos estudantes. Creio que deveria se potenciar mais a participação em eventos académicos. Os cursos devem organizar mais eventos que envolvam não só estudantes, mas também os docentes.

E a GAM deve ter um papel importante nesse caminho, pois não bastam as aulas oferecidas durante o curso, é preciso criar nos estudantes a cultura de participar em eventos, participar em projetos de iniciação científica. Acho que ainda estão a faltar esses aspetos que penso serem cruciais para a melhoria da qualidade dos nossos formandos. Avançamos muito na questão de potencializar a formação dos docentes, oferecer bibliotecas mais apetrechadas ou mesmo disponibilizando sites contendo acesso à livros e artigos aos formandos, disponibilizar laboratórios com equipamento necessário, mas precisamos de incluir o diálogo, a troca de experiência, a participação em projetos de pesquisa. E isso só é possível com a organização de eventos acadêmicos, espaços de debates e o financiamento de projetos de pesquisa que incluam bolsas de iniciação científica. Esse é o caminho que penso que estamos timidamente a seguir.

10. SEUS ESTUDOS, INCLUSIVE SUA TESE, APONTAM QUESTÕES IMPORTANTES PARA PENSARMOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB VIÉS CAPITALISTA, SOBRETUDO, EM ÁREAS TRAMADAS PELA MINERAÇÃO. NESTA TESE, FALA DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO COMO RESULTADO DA EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO DISTRITO DE MOATIZE, NA PROVÍNCIA DE TETE. CONTUDO, GOSTARÍAMOS QUE EXPLICASSE (DE FORMA DETALHADA) COMO TAIS PROCESSOS SE DÃO ESPACIALMENTE.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

O processo de desterritorialização e reterritorialização aparece, primeiro, na minha dissertação de mestrado. Penso que naquele momento dou os primeiros passos para compreender o movimento de construção, destruição e reconstrução dos territórios. Naquela pesquisa procurei compreender como a construção de um território, o de

conservação, colocava em causa os territórios das comunidades. A ideia de trabalhar com as escalas e os atores foi um recurso que me permitiu apreender como os processos de des-e-reterritorialização estavam a manifestar-se no país. Na minha pesquisa de doutoramento trago comigo esse recurso teórico-metodológico para entender as transformações provocadas pela implantação de uma mina de exploração de carvão mineral.

Trabalhar com as escalas geográficas, que não são necessariamente as escalas cartográficas, e as ações dos atores permitiu entender como o território uno impunha os seus interesses nos territórios comunitários. E, esses interesses vinham de escalas superiores que a do Estado, neste caso das multinacionais, para o contexto de Moatize e do Banco Mundial e das Agências Internacionais de Conservação, para o caso da Reserva de Chimanimani. Se quisermos entender esse processo na prática, poderíamos olhar para o seguinte exemplo: as comunidades afetadas pela implantação da mina de Moatize construíram a sua história, a sua vida naquele espaço, que, por ser rico em recursos procurados pelo capital internacional, foram forçadas a abdicar da sua extensão.

Chamo de extensão porque a terra é parte daquelas comunidades e perde-la carrega consigo várias implicações, porque não se trata apenas de um espaço físico, mas de um espaço condensado de história, de vida e de recursos alternativos de sobrevivência. Geralmente olhamos para os processos de reassentamento como uma mera mudança de terra, de espaço físico, como se pudéssemos substituir um território da comunidade a partir da entrega de um espaço.

Isso não é verdade, pois aquele espaço é produto de gerações, é a história daquele grupo social, é o processo histórico de familiarização do homem com a terra. E essa relação com esse espaço transcende a ideia de terra, alcançando o estágio de um produto, que é o território daquele grupo. Na minha tese tento discutir e diferenciar terra de território, porque terra pode ser substituída, mas território, na concepção que trabalho, não pode. Justamente por existir essa diferenciação que estou trabalhando na ideia de defender o Direito ao território e não o direito à terra, como é garantido pela legislação moçambicana.

Fazer essa diferença é muito importante porque conseguiremos compreender porque determinadas famílias recusam abandonar os seus espaços, considerados primitivos e precários, se comparados com as casas modernas que lhes são oferecidas. Essas casas

modernas não carregam consigo a história, a cultura, os hábitos e costumes e os mais diversos recursos naturais e culturais que se encontram depositados no território. Então, a desterritorialização se manifesta na entrada de um tipo de uso ou de função num espaço, que altera os antigos usos e funções que o território tinha. Mas como a reterritorialização é a outra face da desterritorialização, ou seja, essas famílias terão de construir um novo território, pois o atual torna-se incompatível aos seus interesses, já que o território foi tomado por uma nova atividade.

Como também pode significar a adequação dos nativos às novas funções e isso implicar uma reterritorialização no mesmo espaço, mas claro com outras condições. E, nessa nova reterritorialização a organização do espaço é também alterado porque a nova função assim o exige. Creio que a ideia de movimento (des-e-re) é parte do ser humano. Estamos sempre destruindo e reconstruindo, quer seja totalmente ou parcialmente. Até porque não podemos pensar as comunidades rurais como se fossem estáticas. Não, elas são dinâmicas, mas a grande diferença é que elas conseguem controlar essa dinâmica, o que não acontece com os processos engendrados pelo capitalismo. Essa possibilidade esvazia-se, os movimentos são impostos, violentamente, e decorrem num curto espaço de tempo. Penso que está aí a grande diferença das implicações dos processos que causam esses movimentos.

11. COMO O SENHOR AVALIA A INSERÇÃO DOS POVOS QUE COMPÕEM O PAÍS, NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CONSTRUÍDA NOS PAÍSES CENTRAIS DO MUNDO CAPITALISTA.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Gosto de pensar a construção da sustentabilidade socioambiental como a reafirmação de uma sociedade que está em crise. Uma sociedade que está inventando formas de manter a sua cultura (a de consumo), os seus valores, as suas ações que, na verdade, são responsáveis pelo caos socioambiental em que vivemos. Todas as propostas de sustentabilidade socioambiental que estão sendo apresentadas, carregam consigo formas de sustentar o modelo de vida ocidental. São soluções parciais, já que não estamos dispostos a mudar, radicalmente, a nossa forma de pensar, de agir, de perceber e de valorar as relações e os objetos. A ideia de discutirmos a sustentabilidade ao nível global, incluindo as sociedades precariamente inseridas ao modo de vida ocidental, se deve ao fato das ações

desenvolvidas por essa sociedade estarem a alcançar os mais diversos e distantes espaços do globo.

Sendo assim, o medo do caos se instala já que povos com culturas diferentes e, claro com formas de produção do espaço distintas, se inserem, a partir da globalização, aos circuitos de produção e consumo que caracterizam as sociedades ocidentais. É claro que essa inserção não é total, mas sim precária, como um pêndulo para a satisfação das necessidades do capital. É nesse contexto que se pensa numa construção de sustentabilidade socioambiental que deve ser global, abrangente, já que o medo do caos se generaliza, mesmo para aqueles grupos considerados precariamente incluídos.

Se olharmos para as formas de produção do espaço, aqui prefiro recorrer a este conceito como forma de melhor compreender a ideia da nossa relação com o meio, que na verdade é resultado de como nós estamos produzindo o espaço. É essa forma de produção do espaço, principalmente o espaço do capital, que é responsável por gerar as maiores barbaridades sociais e ambientais. Olhando para a forma como alguns grupos sociais do meu país produzem o seu espaço, é possível verificar a preocupação com a forma como se reproduzem socialmente. É essa reprodução social que assenta na ideia de construção de território. Por isso o território é a extensão desses grupos sociais. É o espaço da inclusão social, é o espaço da preocupação com a degradação ambiental.

Como eles entendem o território como parte de si, então eles compreendem que quem faz parte desse território deve ser parte integrante da família. Veja que se estamos a falar da produção do espaço, neste caso, o território das comunidades rurais moçambicanas, vamos entender que a ideia de sustentabilidade socioambiental se dilui nas ações, na percepção, no pensamento e valoração que os membros de uma comunidade depositam no seu território. Ou seja, pensar em defender o seu território é pensar numa ideia de sustentabilidade socioambiental para esses grupos sociais que ainda (re)existem aos ditames do vetor da globalização.

É por esta razão que estou desenvolvendo um projeto de pesquisa que pretende discutir a ideia de Direito ao território como uma proposta de desenvolvimento sustentável para os atingidos pela exploração dos recursos minerais. Por que trabalhar nessa vertente? Justamente porque a invasão do capital nos territórios comunitários tem sido responsável pela geração dos problemas de desigualdades sociais, destruição do ambiente e

consequentemente a deterioração da qualidade de vida desses grupos. Se nós pensarmos o território como um direito para qualquer povo, estamos a oferecer a oportunidade desse povo produzir as mais diversas formas de felicidade, e não apenas aquela que é uniformizada pelo padrão de vida ocidental. Estamos a pensar numa forma de sustentabilidade socioambiental mais local, de baixo, carregando consigo a manutenção de outras formas de construir uma sociedade. Voltando para a minha tese, é possível resgatar o debate entre terra e território.

Com esse debate tentava mostrar que o território é mais do que terra, é vida. A ideia de pensar no território como direito é porque as comunidades pensam na terra, não só como parte para a sua sobrevivência, mas também como um espaço que deve ser reservado para o benefício dos seus descendentes. Os seus descendentes irão aprender como trabalhar a terra sem prejudicar ao vizinho e muito menos aos seus antepassados. É precisamente por isso que a terra deve ser o suficiente para atender as necessidades futuras, daí que a delimitação de terras comunitárias deve, não só olhar para a terra que está sendo usada agora para as necessidades presentes, mas também como aquela que deverá responder às necessidades dos seus filhos e netos.

É precisamente essa terra, que contém os mais diversos recursos, que deve ser utilizada com a responsabilidade e segundo as regras locais, como formas de responder aos mais diversos desafios que a vida impõe. É essa terra que congrega as mais diversas formas de solidariedade comunitária, de integração, de não exclusão, dos laços de comunidade. Essas são as ideias que estão latentes no conceito de sustentabilidade socioambiental. Mas então por que pensamos que é preciso transportar essa preocupação que parece não figurar nesses povos? É preciso, sim, trazer esta preocupação, pois o mundo está cada vez mais se achatando e dominado por forças geradoras de uma única visão do mundo.

Então, é preciso debater a questão da sustentabilidade, porque o capital se encarrega de uniformizar os processos produtivos e de consumo, ou seja, de impor uma única cultura de consumo. Mas será que precisamos trazer as soluções ocidentais? Se sim, então isso deveria significar uma mudança da cultura de consumo. Se não, então precisamos de resgatar o conhecimento desses povos e não achar que o conhecimento acumulado deles não ajudará a responder os desafios da sustentabilidade socioambiental.

O que pretendo defender é que precisamos de dar a esses grupos socioterritoriais o direito ao território.

12. RECENTEMENTE, SOBRETUDO, EM 2019, PARTE DO PAÍS SOFREU COM UMA CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL, QUE PROVOCOU A DESTRUIÇÃO DE PARTE DE ALGUMAS CIDADES MOÇAMBICANAS. ESTAMOS FALANDO DO CICLONE TROPICAL IDAI, POR EXEMPLO, E GOSTARÍAMOS QUE EXPLICASSE, COMO A GEOGRAFIA MOÇAMBICANA PODE CONTRIBUIR COM A AVALIAÇÃO DESSES FENÔMENOS E APRESENTAR PROPOSTAS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

A Geografia como qualquer outra área de conhecimento tem subsídios que pode oferecer para a avaliação desses fenômenos, assim como apresentar algumas propostas. A Geografia estuda o espaço geográfico, como nos ensina o grande Milton Santos. E, para o autor, o espaço geográfico é o sistema de objeto e de ações que se inter-relacionam. O que se pretende colocar é como estamos a produzir o nosso espaço? Como estamos lidando com o avanço da tecnologia para responder, com relativa antecedência, a ocorrência desses fenômenos? Como estamos identificando as áreas de ocupação vulnerável e que tipo de estratégias e apoio estão a ser esboçados? Penso que são algumas das questões que podem ser refletidas por um geógrafo. Moçambique é um país que está exposto aos eventos extremos, com alguma frequência.

O que se pode levantar é como estamos a nos preparar para enfrentar esses eventos? Que grupos populacionais são os mais afetados? Onde se localizam? Que conhecimentos locais são do domínio desse grupo e que podem ser úteis para enfrentar essas situações? Que políticas públicas estão sendo desenhadas? Como elas aproveitam o conhecimento da Geografia para melhor responderem às necessidades? Há trabalhos de geógrafos moçambicanos refletindo um pouco sobre os desastres naturais ou mesmo sobre as mudanças climáticas, e já discutem um pouco sobre como estamos preparados para lidar com essas situações. Vale a pena trazer essas reflexões para junto do poder público, para que se possa aproveitar desse conhecimento que os colegas têm apresentado para a tomada de decisões mais acertadas.

Falou do ciclone IDAI que foi bastante midiatizado e os seus impactos foram catastróficos. Mas também poderíamos falar da seca na região Sul do país. Parece ser um

problema pouco midiatizado, talvez pela forma como o processo decorre, mas tem implicações bastante significativas para as populações dessas regiões. E, temos geógrafos a estudarem esse fenômeno para que se proponham ações mais práticas ou se influenciem na definição de políticas públicas. O que quero dizer é que a Geografia pode contribuir e está a fazer. Mas, é preciso que se financiem pesquisas, que se envolva a Associação em trabalhos de pesquisa para que primeiro possamos compreender melhor o fenômeno e depois se façam as propostas de melhoria. E não seria apenas a Geografia.

O mais importante é incentivar que se realizem mais pesquisas que só assim poderão ser encontrados os caminhos adequados para que se encontrem soluções mais próximas da realidade. É o mesmo que está acontecendo com a exploração mineira no país, em que o número de trabalhos de geógrafos refletindo sobre o assunto aumentou significativamente e já se está esboçando possíveis alternativas. O mesmo deve acontecer para os exemplos que propões que façamos uma reflexão sobre o papel da Geografia. O mais importante é que primeiro precisamos entender melhor o fenômeno, compreendendo as estratégias que estão sendo desenhadas, quais as lacunas para depois esboçarmos as possíveis soluções ou intervenções.

Um diálogo realizado em um ponto entre Dourados (MS), Brasil, e Moçambique, África. Em um tempo entre 2019 e 2021.